

ARTIGO

MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE E CONFLITO SOCIAL NA
REGIÃO DO TOCANTINS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Resumo

O artigo trata da repressão e da resistência camponesa na região do Tocantins (antigo norte goiano) à época da ditadura civil-militar. Busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday” na década de setenta, que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção desta infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra. Focalizaremos, no trabalho, os conflitos ocorridos no município de Porto Nacional e seu entorno.

Palavras-Chave:

Lutas sociais; camponeses; modernização excludente.

Abstract

The communication comes from repression and peasant resistance in the region of Tocantins (formerly Northern Goiás) at the time of the civil-military dictatorship. The aim is to present an overview of the intensification of conflicts over land from paving the Belem-Brasilia highway in the region (BR-153) and the construction of the bridge over the river Tocantins “Sun Alano Marie du Noday” in the seventies, which allowed the advance of the agricultural frontier, driven by exclusionary policies of modernization in the field undertaken during the period. From the construction of this infrastructure and the facilities offered to the landowners, the region became the scene of several conflicts over land. We will focus on work, the conflicts that occurred in the city of Porto Nacional and its surroundings.

Keywords:

Social struggles; peasant; exclusionary modernization.

* Doutora em História (PUC/SP), professora de História da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

O artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins intitulada “Repressão e lutas populares durante a ditadura militar no norte de Goiás: os impactos sobre os camponeses, suas formas de luta e resistência”, cujo objetivo é investigar como se desenvolviam, à época da ditadura civil-militar, as relações entre o Estado, os latifundiários e os camponeses da região norte de Goiás, que hoje compreende o estado do Tocantins, entre os anos de 1969 e 1985. No presente texto, busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday”, que facilitou o acesso rodoviário à região norte de Goiás (atualmente estado do Tocantins) na década de setenta e que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção dessa infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra, e atrativa para o grande capital.

A questão agrária, segundo Caio Navarro de Toledo, foi um dos principais motores para o golpe de Estado desferido pelos militares em 1964. Nos pós guerra, iniciou-se no Brasil uma tímida democratização social que, ainda que nos limites da institucionalidade burguesa, significava um real avanço para as camadas populares, frente à possibilidades abertas pelos movimentos sociais. Dentre as questões que se debatiam à época, ganhava relevo a democratização do acesso à terra através da reforma agrária, de cuja luta participava de maneira intensa as Ligas Camponesas, movimento de camponeses que teve lugar no nordeste brasileiro, e que lutava contra as condições de trabalho no campo, pela melhoria no pagamento dos trabalhos realizados, pelo direito à sindicalização rural, entre outros.

O golpe, que veio colocar fim a esse período de insipiente democratização, teve impacto profundo na questão agrária brasileira. Dentre as providências iniciais do novo regime ditatorial, esteve o “Estatuto da Terra”, promulgado em novembro de 1964, e que pretendia fazer a reforma agrária no país, considerada como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.(BRASIL, 1964) Falava-se, no documento, em função social da terra, conservação de recursos naturais, assegurava o direito a posse da

terra. Entretanto, como letra morta: o *Estatuto da Terra* não gerou um plano nacional de Reforma Agrária. De acordo com Oliveira,

Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares (OLIVEIRA, p. 199-200).

No quadro da ditadura autocrático burguesa, a região Goiás-Tocantins era vista como um problema, pois os ideólogos do regime a concebiam como um vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infra-estrutura que poderia servir de avanço ao comunismo. Além do mais a proximidade dos municípios de Trombas e Formoso, região em que se desenvolveu na década anterior um grande conflito pela posse da terra liderado por José Porfírio¹, e o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974², aumentava essas preocupações. A região deveria, assim, servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas” e contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da agricultura.

Entretanto, a região era povoada por posseiros, indígenas, ribeirinhos, pequenos proprietários. Os conflitos pela terra não eram novidade na região, mas passaram a se desenvolver sob novas formas, com os incentivos à modernização excludente da agricultura, ou seja, uma agricultura voltada para a exportação realizada em grandes propriedades, tal como já existia em outras regiões do país (GOMIDE, 1996).

Em pesquisa anterior (MECHI, 2012), verificou-se que a mobilidade é um dos traços dos camponeses goiano-tocantinenses e os movimentos populacionais com origem no Centro-Oeste teriam como uma de suas causas a expulsão dessa população advinda da dinâmica da formação dos imensos latifúndios do estado de Goiás (área que hoje integra os estados de Goiás e Tocantins), que se iniciou na ocupação territorial ocorrida ainda no período colonial (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02). Entre os goianos-tocantinenses as marcas da mobilidade estão impressas, por exemplo, em elementos como a rusticidade de suas habitações, sua dieta, nos laços comunitários esporádicos que os posseiros mantinham entre si.

¹ A respeito da revolta camponesa de Trombas e Formoso ver: CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth), IFCH/UNICAMP, Campinas, vol. 7, 1998, p. 86.

² A respeito da guerrilha do Araguaia ver: MECHEI, Patricia Sposito. Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Tese de Doutorado sob orientação da profª Drª Vera Lucia Viera. PUC-SP, 2012.

A origem da mobilidade na região estudada reside principalmente na estrutura fundiária formada no período colonial, que criou condições para a formação de um segmento social que monopoliza a terra, mas sem cultivá-la, sem uma tradição agrícola e que impede a formação de pequenas propriedades e de uma cultura camponesa baseada na agricultura familiar.

No território goianotocantinense se cultivaram gêneros agrícolas que estariam rapidamente prontos para a colheita e que não necessitassem de recursos tecnológicos avançados, tais como o milho, a mandioca e o feijão. No período colonial, a legislação imperial favorecia o abandono de roças, a interiorização cada vez maior dos posseiros e a provisoriedade de seu modo de vida. Posteriormente, foi a ação do latifundiário, monopolizando a terra através do desenvolvimento de um sistema de fraudes nos títulos, garantido pela violência do jagunço contra o posseiro, que impediu a fixação do posseiro à terra (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02).

Após a abolição da escravidão a estrutura fundiária se manteve. Não é por acaso que a lei de terras de 1850 foi outorgada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro. Nos estertores do regime escravocrata, o Estado legislava em favor da concentração fundiária, impedindo o acesso à terra aos escravos libertos, que passaram a integrar o contingente de sem terra.

Este quadro se manteve até os anos 30 do século XX. Havia poucas cidades e vilarejos, não existiam rodovias e os deslocamentos se efetuavam por estradas vicinais, estradas tropeiras e trilheiros³, além do transporte fluvial feito pelos dois grandes rios que cortam a região: o Araguaia e o Tocantins, que comportavam apenas pequenas embarcações.

A dinâmica da ocupação territorial goiano-tocantinense se modificou com as políticas de povoamento do governo Vargas após 1930. Entre elas, destaca-se a “Marcha Para o Oeste”, implementada durante Estado Novo. Pretendia-se, além de povoar a região, abrir novas fronteiras agrícolas e integrar a região centro-oeste ao centro-sul, através de um amplo projeto rodoviário. Essa política também visava fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões (Gomide, 1996).

Os deslocamentos populacionais promovidos pela “Marcha para o Oeste” tiveram dois objetivos: o primeiro, visando povoar a região, atraía camponeses cujas condições de sobrevivência em seus locais de origem eram dificultadas por fatores

³ Estradas tropeiras são aquelas destinadas ao transporte de tropas de animais, abertas séculos antes. Eram também por onde passavam os tropeiros que se dedicavam ao comércio. Os trilheiros eram trilhas mais destinadas às viagens de pessoas. Eram caminhos mais estreitos e mais difíceis de serem percorridos com grandes tropas de animais.

como a exploração do latifúndio ou o esgotamento da terra. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Concomitantemente, contribuía para essa mobilidade um movimento contrário, ou seja, o da integração com o centro sul, que permitia o deslocamento dos excedentes rurais para a indústria (Castilho, 2010).

Assim, aparentemente há uma contradição na “Marcha Para o Oeste”. Ao mesmo tempo em que se procuravam criar frentes de expansão agrícola, atraindo o camponês para a região, foram desenvolvidas condições para que uma parcela desse campesinato se deslocasse para o centro-sul.

A aparente contradição revela que não se pretendia tocar na estrutura fundiária. Atraíam-se camponeses que se apossariam de uma parte do território, mas que rapidamente entraria em conflito com o latifúndio, que continuava avançando pelo centro-oeste em direção ao norte do país. O camponês era o responsável por desbravar a região e por todo o trabalho de preparação da terra, da qual seriam posteriormente expulsos (MARTINS, 1983). Parcelas do campesinato resistiam, mas outras migravam para áreas rurais ou para o centro-sul industrial.

O processo de ocupação e colonização do Centro-Oeste durante o Estado Novo foi planejado e coordenado pela Fundação Brasil Central⁴. Sua função era a de apoiar os projetos de colonização da região, particularmente nas áreas cortadas pelos rios Araguaia e Xingu.

A Fundação projetou vias de transporte, e comunicação terrestre e fluviais, combateu epidemias e estudou os recursos naturais da região. E ainda promoveu pesquisas de apoio à modernização agropecuária, referentes ao solo, ao clima e às técnicas agrícolas mais apropriadas para as áreas de ocupação. Ou seja, a Fundação Brasil Central foi mais um empreendimento criado pelo poder público para dinamizar a expansão da fronteira rumo ao oeste (GOMIDE, 1996, p. 50).

Após 1945, com a queda de Vargas, houve uma mudança significativa no padrão de ocupação da região. Entre 1945 e 1950 os principais projetos de colonização eram de caráter privado, entre os quais se destacaram a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, a Agro-Colonizadora Industrial Ltda e a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG)⁵.

⁴ Criada pelo Decreto-lei 5.878, de 04 de outubro de 1943.

⁵ Trata-se da colônia dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, fundada em 1949 no município de Itaberaí. Lá eram encontrados imigrantes de onze nacionalidades, com predominância polonesa.

O sertanejo goiano-tocantinense não interessava à colonização promovida pelo Estado nos anos 50. Sua exclusão, em favor do camponês estrangeiro, acentuava as dificuldades de subsistência que enfrentava há muito tempo. Entretanto, apesar dessa exclusão, a expansão da fronteira agrícola provocou uma grande migração para o estado de Goiás, que recebeu contingentes populacionais de diversos outros estados da federação, formado por pessoas expulsas pela dinâmica de expansão das relações capitalistas de produção no campo.

As migrações foram inter-regionais e intrarregionais e ocorreram em diversas direções, não apenas no sentido rural-urbano, mas também no sentido rural-rural, como se pode depreender das condições de expulsão em diversas áreas agrícolas, seja no próprio Centro-Oeste ou em áreas saturadas do Sudeste e Nordeste brasileiro (MARTINS, 1984).

Castilho ressalva que apesar de serem dois períodos, reconhece-se que o primeiro foi suporte para o segundo, não existindo uma relação de ruptura entre eles. Do mesmo modo, não houve alterações nas relações de trabalho ou de produção, apenas o aprofundamento das que já estavam dadas. É legítimo afirmar a existência de um único processo, ainda que com especificidades próprias a cada um dos períodos (CASTILHO, 2010).

A modernização excludente e a questão da terra na região de Porto Nacional durante a segunda metade do século XX

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, criou-se a infraestrutura (como as rodovias federais e as vias de comunicação) para o incremento da expansão da fronteira agrícola e conseqüentemente para “mover” os trabalhadores rurais. Castilho observa que no primeiro período buscavam-se zonas férteis da zona de mata, mas no segundo período a fronteira pôde se expandir por áreas consideradas improdutivas, já que estavam disponíveis técnicas de correção (como a adição de calcário e insumos agrícolas em áreas do cerrado, bioma que ocupa a maior parte do território do atual Tocantins, à época norte-goiano).

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavoura nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia uma dependência maior dos fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas (CASTILHO, 2010, p.98).

No município de Porto Nacional e região, os conflitos agrários se registram a partir de meados dos anos 70. Na época realizaram-se diversos estudos em torno da mineração e projetou-se a construção da ponte sobre o rio Tocantins, que foi finalmente inaugurada em 11 de março de 1979. Já em 1976 a expectativa em torno da construção da ponte, é que ela trouxesse o progresso para a região, ao interligar o Sul ao Norte do Brasil:

Apesar da Belém-Brasília já ter feito muito, após interligar o Sul e o Norte do país, o pioneirismo ainda é mercante na região que a importante estrada rasgou. Por isso, a ponte sobre o rio Tocantins, altura de Porto Nacional, terá o objetivo de concretizar definitivamente a aproximação das duas regiões que lhe ficam às margens (FSP, 21 de abril de 1976).

Ao tratar dos camponeses do antigo norte goiano (atual Tocantins) em particular na área do município de Porto Nacional, o acervo da Comsaúde é promissor. A Comsaúde é uma organização não governamental, fundada em 1969 por um grupo de profissionais da área da saúde que chegou ao município de Porto Nacional em 1968 para trabalhar na “Unidade Mista de Saúde de Porto Nacional”. Um de seus fundadores, Eduardo Manzano, foi um dos quatro alunos processados na Universidade de São Paulo, em 1974 (ADUSP, 2004).

O período em que a entidade foi fundada coincide com o de maior exacerbação da repressão e da vigência do “milagre econômico”, em que o país cresceu a taxas em torno de dez por cento ao ano. Entretanto, a bibliografia aponta que a riqueza desse crescimento acelerado se manteve nas mãos dos setores dominantes, particularmente da burguesia que se associou ao capital internacional e as elites agrárias, que se beneficiaram das obras de infra-estrutura e da expansão da fronteira agrícola nos anos 70 do século XX (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de silenciadas pelos mecanismos repressivos, as oposições continuaram atuando durante todo o período, de forma clandestina ou, quando atuavam de forma legal, buscavam não chamar demasiada atenção da ditadura. A Comsaúde foi um dos canais de expressão das oposições na região norte de Goiás (atual Tocantins).

A entidade, desde sua origem, se preocupou não apenas em atender as demandas populares por saúde, mas contribuiu sobremaneira para a organização política dos movimentos populares na região, sobretudo dando apoio aos camponeses na luta pela terra. Foi na sede da Comsaúde, em Porto Nacional, que foi fundada “Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins” no final dos anos setenta (atualmente a entidade funciona no município de Araguaína); a entidade deu apoio aos posseiros

da região norte de Goiás (hoje Tocantins), ajudando-os na sua organização. A história desses posseiros, suas lutas e resistências podem ser recuperadas através dos periódicos guardados na entidade referentes à luta pela terra, atas de reuniões, estudos e diagnósticos produzidos pela Comsaúde, entre outros documentos.

Um dos periódicos mantidos pela entidade, intitulado “Anexo”, é possível perceber que a questão agrária era uma grande preocupação para os movimentos sociais da região e se vinculava às obras de infra-estrutura realizadas pela ditadura, que facilitaram o acesso ao município:

Nos últimos tempos tem acontecido vários crimes violentos, coisa que raramente acontecia aqui.

Essas violências começaram a aparecer depois da construção da ponte sobre o Rio Tocantins, que todos imaginavam só iria trazer progressos.

A ponte valorizou as terras de Porto Nacional e dos municípios vizinhos, atraindo para cá muitos fazendeiros e também muitos grileiros, que começaram a comprar e expulsar antigos posseiros da região (ANEXO 7/8, 1980, p. 02).

Da mesma forma, o periódico ressalta a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), noticiando a convocação de reuniões e participação direta na luta dos posseiros por terras. Percebe-se ainda a preocupação com o cenário nacional, de como essas lutas não se resumiam apenas a região norte:

O Félix, nosso companheiro do São João, foi numa reunião da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, onde também estavam mais de 100 lavradores. Foi muito discutido os problemas de falta de terra para os lavradores e a invasão do pessoal rico e de grandes firmas que querem tomar conta de todas as nossas terras. Estavam lá na reunião, que foi em Brasília, representantes do Pará, Maranhão, Amazonas, Acre, Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Goiás e outros (ANEXO 7/8, 1980, p. 10).

O avanço da resistência à modernização excludente no campo ocorreu em paralelo com o avanço da organização dos latifundiários na região, tal como ocorreu com a fundação da Associação dos Proprietários Rurais do Bico do Papagaio que, posteriormente, se integrou à União Democrática Ruralista (UDR). Segundo Silva, a organização dos proprietários também ocorreu no município de Porto Nacional:

Na região da Diocese de Porto Nacional, onde o trabalho de Dom Celso e dos agentes da CPT incomodava o latifúndio, sempre sedento de mais terras, também nasceu uma associação congênere daquela do Bico do Papagaio. A UDR, fundada em Presidente Prudente,

São Paulo, em 1985 constituiu uma síntese dessas associações que até então pareciam dispersas (SILVA, 2011, p. 07).

Em Porto Nacional, o principal conflito foi o da Fazenda São João, que teve início em 1979 e chegou ao fim com a vitória dos posseiros, em 1985. A documentação da Comsaúde permite recuperar esse conflito, entender suas motivações e seus resultados. Este foi um conflito de grande repercussão, que resultou na morte de dois pistoleiros, as quais os posseiros foram incriminados. Segundo documento do Partido dos Trabalhadores em moção de apoio aos posseiros de Porto Nacional em 1984,

(...) [o] conflito armado em 1979 do qual resultou a morte de dois pistoleiros contratados pelo grileiro (...) os posseiros incriminados tiveram seus julgamentos adiados por várias vezes até que, no dia 06.04.84, finalmente, foram julgados e absolvidos pelo júri popular (...) vêm manifestar sua solidariedade e apoio aos posseiros da São João (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984).

Entretanto, outros conflitos são pontuados, tais como a luta dos trabalhadores de Taquaralto (atualmente, um bairro popular da capital do Tocantins, Palmas):

No dia 28 de setembro cerca de 40 lavradores, posseiros e pequenos proprietários da região de Taquaralto se reuniram para discutir os seus problemas e procurar juntos uma maneira de resolvê-los.

Alguns falaram sobre a atuação do INCRA, que não tem reconhecido a posse legal dos antigos posseiros (alguns já com 40 anos nas terras), ou às vezes diminuem o tamanho das suas posses. Muitos também reclamaram da vagareza como anda os processos de legalização da posse e da pressão dos proprietários de documentos (escrituras paroquiais) que nem se quer trabalham na terra e querem expulsá-los (ANEXO 9, 1980, p. 09).

A questão camponesa no norte de Goiás (atual Tocantins) e mais especificamente, no município de Porto Nacional, os anos entre 1979 a 1985, são de suma importância, já que nesse período os trabalhadores rurais se organizaram e resistiram ao avanço do latifúndio. Há poucos estudos sobre o tema e os conflitos que pontuamos.

O conflito da Fazenda São João

É possível situar o conflito na Fazenda São João a partir de dois aspectos: em primeiro lugar, pelas obras de infra-estrutura que tiveram lugar na região, em particular a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em 1979, que atraiu grileiros para a região e, em segundo lugar, pela atuação da CPT Araguaia Tocantins, que teve um papel importante na organização da resistência camponesa.

O início do conflito da fazenda São João teve início quando, em 1951, o fazendeiro José Florêncio dizendo-se dono das terras, reivindicou 8000 alqueires, em área onde se encontrava a fazenda São João. Ali viviam centenas de famílias, vindas de outras regiões de Goiás e de estados como o Maranhão e o Piauí. Vinte anos depois, posseiros e o fazendeiro fizeram um acordo, mediado pelo INCRA, em que cada família camponesa (a época eram cerca de 350) ficaria com uma parcela de 23 alqueires, ao custo de 3500,00 cruzeiros, financiadas pelo Banco da Amazônia.

O acordo se manteve até 1973 quando José Florêncio faleceu e seu filho, Agenor Florêncio, alto funcionário do INCRA na região, o rompeu. Os posseiros passaram a ser pressionados por jagunços a deixarem as posses e, três anos depois, Agenor Florêncio vendeu a área para Guilherme Dicier Santana e Manoel Antônio Santana, conhecidos como “grileiros paulistas” na região.

A violência contra os posseiros aumentou com a chegada dos Santana e muitos posseiros abandonaram suas posses, restando apenas 14 famílias no São João. Estes tiveram suas casas queimadas, e viram estradas serem fechadas, além da circulação de pistoleiros pela região. Os posseiros que resistiram, tentaram obter proteção policial, em vão. Segundo Edvaldo José Alves, posseiro, “o povo tinha que se defender sozinho” (FSP de agosto de 1982, p. 10).

Numa manobra jurídica, os Santana entraram com um processo de reintegração de posse, o que foi concedido pelo juiz de Porto Nacional. As famílias foram despejadas e levadas em caminhões até Porto Nacional. No São João ficou apenas Arnaldo Paulino da Silva, com 16 anos “que resistiu armado de uma bolandeira, um instrumento de ralar mandioca para fazer a famosa farinha do São João” (FSP de agosto de 1982, p. 10).

Pouco tempo depois, sem o respaldo das autoridades municipais ou estaduais os posseiros começaram a voltar às suas posses. Novamente a truculência dos jagunços se fez presente na região quando um deles tentou incendiar a casa de um posseiro.

Frente a mais essa tentativa de intimidação, os posseiros reagiram, e num tiroteio, mataram dois pistoleiros.

Os posseiros foram processados, mas absolvidos, com base na Lei de Segurança Nacional, num julgamento que foi adiado diversas vezes, por falta de infra-estrutura jurídica na região. Em cada julgamento marcado, a Comissão Pastoral da Terra fazia ampla convocação dos posseiros da região para acompanharem o julgamento, num episódio que ganhou as páginas dos principais jornais do país.

O período em que ocorreu o conflito da fazenda São João é coincidente com as grandes manifestações populares, como o movimento das “Diretas Já” que tomaram conta do país, reivindicando o retorno à democracia (FERREIRA & DELGADO, 2003). Era também um período em que o país passava por uma profunda crise econômica, com a existência da hiperinflação, aumento do índice de desemprego e diminuição do poder de compra dos salários (EARP & PRADO, 2003). No período as lutas em Porto Nacional, além da expansão da fronteira agrícola e o projeto de modernização excludente levando à cabo pelos militares, que valorizou as terras da região e criou as condições para que muitas terras griladas fossem regularizadas, através da atuação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT, instituído em regime de urgência pelo general-presidente João Batista Figueiredo em fevereiro de 1980.

O conflito da fazenda São João talvez seja o mais importante do período proposto por essa pesquisa, que é dificultada pela escassez de estudos anteriores sobre o tema, além de grande dificuldade de acesso à documentação. Apesar das dificuldades, o estudo preliminar que realizamos, apresentado neste artigo, evidencia a relevância de recuperar os conflitos pela posse da terra a partir do advento da modernização excludente na região norte de Goiás, de modo a compreender a dinâmica da ditadura civil-militar no campo e seu legado na questão da violência contra os camponeses.

Recebido em janeiro de 2015, aprovado em maio de 2015.

Referências Bibliográficas

ADUSP, O Controle Ideológico na USP: 1964-1978. São Paulo, Associação dos Docentes da USP. (Adusp), 2004.

BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. História Revista 1(2), Goiânia, jul/dez de 1996.

CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, vol. 4, n° 3, ago de 2010.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia, Ellos, 2009.

COMSAÚDE. “Anexo 7/8”. *Porto Nacional, Ano II*, julho/agosto de 1980.

COMSAÚDE. “Anexo 9”. *Porto Nacional, Ano II*, setembro de 1980.

EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2003.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de agosto de 1982. “Posseiros resistem no Araguaia-Tocantins”. *Primeiro Caderno*, p. 10.

FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de abril de 1976. “Duas pontes eliminarão balsas nos rios Tocantins e Araguaia”. *Primeiro Caderno*, p. 20.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm acessado em 13 de junho de 2012.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MECHI, Patricia Sposito. “Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)” . *Doutorado em História Social*. São Paulo, Programa de Estudos Pós graduados em História Social da PUC-SP, 2012.

OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *Estudos Avançados*, vol. 15, n° 43, São Paulo, set/dez 2001.

OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. “Moção de Apoio de 08.04.84”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/3mocoos83.pdf> . Acessado em 10 de abril de 2013.

SILVA, Moisés Pereira da. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da terra (CPT) nos conflitos agrários Araguaia-Tocantins (1970-1986), (Dissertação de mestrado), Goiânia, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2011.

TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”, in: Observatório Geográfico de Goiás. Goiânia, s/d, s/l. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO__Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf , acessado em 19 de abril de 2012.